

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO GOMES  
BRUNO ALBERGARIA  
MARIANA RODRIGUES CANOTILHO  
*Coordenadores*

*Prefácio*  
José Manuel Mendes

DIREITO CONSTITUCIONAL  
DIÁLOGOS EM HOMENAGEM AO  
80º ANIVERSÁRIO DE J. J. GOMES CANOTILHO

© 2021 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

## Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrcio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15ª andar – Savassi – CEP 30138-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

D536	Direito Constitucional: diálogos em homenagem ao 80º aniversário de J. J. Gomes Canotilho/ Ana Cláudia Nascimento Gomes, Bruno Albergaria, Mariana Rodrigues Canotilho (Coord.).- Belo Horizonte: Fórum, 2021.	
	1058 p.; 17x24cm	
	ISBN: 978-65-5518-191-3	
	1. Direito Constitucional. 2. Direito Internacional Público. 3. Direito Público. I. Gomes, Ana Cláudia Nascimento. II. Albergaria, Bruno. III. Canotilho, Mariana Rodrigues. IV. Título.	
		CDD 341.2 CDU 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

GOMES, Ana Cláudia Nascimento; ALBERGARIA, Bruno; CANOTILHO, Mariana Rodrigues (Coord.). *Direito Constitucional: diálogos em homenagem ao 80º aniversário de J. J. Gomes Canotilho*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 1058 p. ISBN 978-65-5518-191-3.

## SUMÁRIO

BIOGRAFIA .....	31
-----------------	----

SUBSÍDIOS PARA BIBLIOGRAFIA DO PROF. DOUTOR JOSÉ JOAQUIM GOMES CANOTILHO .....	37
---	----

1 Doutrina .....	37
1.1 Monografias .....	37
1.1.1 Obras em colaboração .....	39
1.1.2 Obras colectivas .....	39
1.1.3 Outras .....	41
1.2 Artigos em monografias .....	41
1.3 Artigos em publicações periódicas .....	46
2 Constituição .....	51
3 Lições e sumários de lições .....	52
4 Jurisprudência crítica .....	52
5 Pareceres .....	55
6 Artigos em Dicionários .....	55
7 Recensões .....	55
8 Discursos .....	57
9 Prefácios de livros .....	57
10 Vária .....	58

PREFÁCIO

UM HOMEM EM PERMANENTE AMANHECER

<b>José Manuel Mendes</b> .....	65
---------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE JOSÉ JOAQUIM GOMES CANOTILHO BRINDA O DIREITO PÚBLICO E O DIREITO CONSTITUCIONAL; BRINDEMOS AGORA JOSÉ JOAQUIM GOMES CANOTILHO: É AGORA JOSÉ! .....	69
--	----

PARTE I

**ARTIGOS DO SENHOR DOUTOR GOMES CANOTILHO**

EM ALGUMA PARTE ALGUMA – A MÃO DE SOPRO CONTRA O MURO ESCURO DISCURSO DE ELOGIO DO DOUTORANDO <i>HONORIS CAUSA</i> , O EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO BRASIL, LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA... 77	
Fraternidade aberta .....	78
Em alguma parte alguma .....	79
Lula da Silva e o seu primeiro diploma .....	80

REGRESSO AO BRASIL PARA DISCUTIR QUESTÕES CONSTITUCIONAIS DO TRABALHO.....	87
1) Dizer a norma nas questões de trabalho (Porto Alegre, maio de 1994) .....	88
A) Dizer a norma na crise do Estado regulativo.....	88
1 A crise do Estado regulativo.....	88
2 O direito reflexivo.....	89
B) Convocação dos deuses .....	90
1 O trilema dos modelos: o juiz dos tribunais de trabalho e as máscaras de Júpiter, Hércules e Hermes .....	90
2 Dos modelos à prática. Dos “modelos de juiz” aos paradigmas de Estado .....	91
C) A problematização do direito de trabalho e dos direitos fundamentais.....	92
1 Juiz do trabalho: um juiz legal e natural?.....	92
2 O juiz de trabalho: um juiz das liberdades e dos direitos? .....	92
3 Exemplos .....	93
Exemplo 1 – A escravatura.....	93
Exemplo 2 – A greve ilícita.....	93
Exemplo 3 – A cláusula de closed-shop .....	93
4 Um direito com princípios .....	94
2) O direito constitucional desertou do direito de trabalho? (Porto, Colóquio Luso-Brasileiro, 26 de março de 2010).....	95
§§ 1º – O mote provocatório .....	95
§§ 2º – A inscrição territorial das leis .....	96
§§ 3º – Direito ao trabalho e direito de trabalho.....	97
§§ 4º – Direito ao trabalho e “dialéctica do não trabalho” .....	98
3) Constituição e direitos sociais (Coimbra, X Encontro Jutra, 10-12 de abril 2014).....	100
4) Fundamentalismo “Austeridatário” e erosão das normas reguladoras do trabalho (Campinas, julho de 2014).....	102
Modo Discursivo III .....	102
Consensus e modo discursivo dominante: o problema do crescimento.....	102
§§ – Modo Discursivo IV – O travão à dívida é também um travão ao Estado Social? Qual ou quais as causas da crise? .....	104
§§ – Modo Discursivo V – O que significa compromisso e consenso na situação de “coalescência” provocada pela crise financeira .....	104
§§ – Modo Discursivo VI – O que significa compromisso e consenso relativamente ao indicador sintético da qualidade da despesa pública? .....	105
§§ – Modo Discursivo VII – Constitucionalização da dívida e garantias constitucionais de irrevisibilidade .....	106
 THE AGE OF DIGNITY E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA – CANSAÇO DO MAINSTREAM TEÓRICO-FILOSÓFICO .....	 107
Parte I – Fenomenologia .....	107
§§ 1 – A emergência da memória .....	107

1	O cinzento de Hegel.....	107
2	As novas teorias do direito .....	108
3	Fragmentos diletantes do meu além fenomenológico .....	108
4	Fenomenologia e responsividade .....	111
	§§ Pergunta ou perguntas: o teste da pobreza e o teste da injustiça.....	112
	§§ – <i>A responsibility to protect</i> : onde e quem deve proteger? .....	113
	Parte II – <i>The age of dignity</i> e a dignidade da pessoa humana Cansaço do <i>mainstream</i> teórico-filosófico? .....	114
A	“Aqui, lá e em todo o lugar” .....	114
B	Enquadramento .....	115
	Normativização jurídico-constitucional .....	115
1	Referências textuais constitucionais .....	115
2	Referências textuais internacionais.....	115
3	Sentido da internacionalização e constitucionalização da dignidade da pessoa humana .....	115
II	Recorte teórico-dogmático .....	116
1	A teoria do objecto .....	116
2	A teoria da dádiva humana .....	117
3	A teoria do reconhecimento .....	118
4	A teoria da realização .....	119
	§§ – A dignidade da pessoa humana como fundamento da República .....	119
	As dimensões normativo-constitucionais da dignidade da pessoa humana.....	119
1	Função primeira: respeito e dever de protecção.....	119
2	Função segunda: fundamento da liberdade e liberdades.....	120
3	Função terceira: inclusão do outro.....	121
4	Função quarta: radicação social existencial de pessoas.....	122
5	Função quinta: desigualdade.....	123
II	Dignidade-princípio e dignidade-direito .....	123

## PARTE II

### ARTIGOS DOS INTERLOCUTORES JURÍDICOS E AMIGOS DO SENHOR DOUTOR GOMES CANOTILHO

	<i>LA DEMOCRACIA SIMULATIVA EN LA ERA DE LA POSMODERNIDAD</i> <b>ELOY GARCÍA</b> .....	127
1	Joaquim Gomes Canotilho, el “ <i>eveilleur</i> ” de Coimbra permanentemente alerta en tiempos de turbanza.....	127
2	<i>La Democracia simulativa</i> y la política constitucional construida como hiperrealidad virtual .....	131
3.1	La noción de “ <i>Democracia simulativa</i> ” de Ingolfur Blühdorn y sus aporías lógicas.....	141
3.2	La crisis financiera de 2008 y la pandemia de 2020: los letales efectos de dos meteoritos que han impactado nuestra existencia. Individuo, Tiempo y Lenguaje en su circunstancia de presente .....	148

3.3	¡Vade retro simulacro!.....	153
	Bibliografía .....	153

## AS RELAÇÕES ENTRE PROGRAMAS E PLANOS TERRITORIAIS E A HARMONIZAÇÃO ENTRE AS RESPECTIVAS NORMAS

<b>FERNANDO ALVES CORREIA</b> .....	157
Nota prévia.....	157
1    Um esclarecimento prévio: a distinção entre programas e planos territoriais .....	158
2    O princípio da harmonização entre as normas dos programas e dos planos como princípio constitucional.....	161
3    Os princípios regentes das relações entre as normas dos programas e dos planos ...	162
4    As relações entre programas, entre programas e planos e entre planos .....	168
4.1    Relações entre o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e os programas setoriais e especiais.....	169
4.2    Relações entre os programas territoriais de âmbito nacional e os programas regionais.....	171
4.3    Relações entre os programas nacionais e regionais e os programas intermunicipais .....	171
4.4    Relações entre os programas nacionais e regionais e os planos territoriais.....	172
4.5    Relações entre os programas intermunicipais e os planos territoriais .....	175
4.6    Relações entre o plano diretor municipal e os restantes planos territoriais.....	175
5    Os instrumentos ou mecanismos de prevenção e de resolução dos conflitos ou das colisões de normas dos programas e dos planos .....	177
Referências.....	180

## LA CONSTITUCIÓN DEL ALGORITMO. EL DIFÍCIL ENCAJE DE LA CONSTITUCIÓN ANALÓGICA EN EL MUNDO DIGITAL

<b>FRANCISCO BALAGUER CALLEJÓN</b> .....	183
Introducción .....	183
1    ¿Qué fue de la constitución analógica? .....	184
2    Algoritmos y fuentes del Derecho.....	187
3    Algoritmos y derechos.....	188
Conclusiones .....	192

## JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL, DEMOCRACIA EM CRISE E A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL

<b>GILMAR FERREIRA MENDES</b> .....	195
1    Introdução .....	195
2    Os fundamentos da crise da democracia constitucional no Brasil.....	197
2.1    Ordem constitucional brasileira pós-1988 .....	197
2.2    Origens da crise democrática brasileira .....	198

2.3	O papel da Corte Constitucional em tempos de populismo .....	201
3	A atuação do Supremo Tribunal Federal como agente estabilizador da crise institucional.....	202
3.1	A conformação do uso de acordos em investigações criminais .....	203
3.2	A afirmação da liberdade de expressão no ambiente universitário.....	206
4	Conclusão .....	208
	Referências.....	209

## NOTAS ACERCA DO DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988

	<b>INGO WOLFGANG SARLET</b> .....	211
	Introdução .....	211
1	O direito à proteção de dados pessoais como direito fundamental implícito na Constituição Federal de 1988 e a PEC nº 17/19 .....	214
2	Âmbito de proteção do direito fundamental à proteção de dados pessoais.....	219
2.1	Para além da privacidade e da autodeterminação informativa .....	219
2.2	Proteção de dados pessoais .....	222
3	Dimensão subjetiva e objetiva e multifuncionalidade do direito à proteção de dados pessoais .....	224
3.1	O direito à proteção de dados pessoais como direito subjetivo .....	224
3.2	A dimensão objetiva: deveres de proteção e de organização e procedimento .....	227
4	Titulares e destinatários do direito (e correspondentes deveres de proteção) à proteção de dados.....	230
4.1	Titularidade .....	230
4.2	Destinatários .....	232
4.2.1	Órgãos estatais: Legislativo, Executivo e Judiciário .....	233
4.2.2	Particulares: o problema da eficácia do direito fundamental à proteção de dados pessoais na esfera das relações privadas .....	234
5	Limites e restrições .....	237
	Considerações finais .....	239
	Referências.....	240

## REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES E DESPEDIMENTO: UMA PROTEÇÃO ADEQUADA E EFICAZ?

	<b>JOÃO LEAL AMADO</b> .....	245
1	O direito à proteção adequada dos representantes dos trabalhadores.....	245
2	O despedimento patronal e o art. 410º do Código do Trabalho.....	248
2.1	Procedimento disciplinar e suspensão preventiva .....	248
2.2	A presunção legal de ausência de justa causa .....	250
2.3	Os meios de reação contra o despedimento .....	250
2.3.1	Suspensão do despedimento facilitada.....	251
2.3.2	Impugnação do despedimento acelerada? .....	252
2.4	Os efeitos da ilicitude do despedimento .....	253
3	Balanço: uma proteção adequada e eficaz? .....	256

## O “MÍNIMO ESSENCIAL” DOS DIREITOS SOCIAIS: VALÊNCIAS E RISCOS DE UM CONCEITO MULTIFUNCIONAL

<b>JOAQUIM DE SOUSA RIBEIRO</b> .....	259
1 O conteúdo essencial dos direitos, liberdades e garantias .....	259
2 Transposição para o domínio dos direitos sociais .....	261
3 O conceito de <i>minimum core</i> na ordem internacional dos direitos humanos .....	262
4 Justificação da adoção do conceito, no âmbito do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais .....	264
5 Crítica à teoria absoluta do <i>minimum core</i> .....	264
6 Valência do conceito, na ordem constitucional. O direito a um mínimo de existência condigna .....	267
7 Necessidade de um critério aberto e flexível de fiscalização. O mínimo essencial como elemento componente de um <i>standard</i> único de avaliação .....	271
8 Risco de efeitos contraprodutivos. O mínimo essencial como o máximo de extensão da fundamentalidade dos direitos sociais. Crítica .....	275
9 Conclusão .....	279

## PODER JUDICIÁRIO E SEGURANÇA JURÍDICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

<b>JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI</b> .....	283
1 Introdução .....	283
2 Poder Judiciário e segurança jurídica .....	284
3 O Supremo Tribunal Federal na pandemia da Covid-19.....	286
3.1 A tecnologia a serviço da jurisdição constitucional .....	286
3.2 Priorização dos casos relativos à pandemia e segurança jurídica.....	288
4 Conclusão .....	292
Referências.....	293

## O PRINCÍPIO DA DEMOCRACIA E A DIGNIDADE COMO VALOR: “COMPONENTES” DO PROJETO-PROJETAR DO DIREITO? UMA CONVERSATION PIECE COM HABERMAS E WALDRON

<b>JOSÉ MANUEL AROSO LINHARES</b> .....	295
Referências.....	314

## O TRIÂNGULO DIALÉTICO DE CANOTILHO E A TESE DA CONSTITUIÇÃO DIRIGENTE EM PAÍSES DE MODERNIDADE TARDIA: SOBRE COMO NÃO PODEMOS DAR UM SALTO EM DIREÇÃO À DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO

<b>LENIO LUIZ STRECK</b> .....	317
1 Introdução: por que a Constituição ainda deve “constituir-a-ação” .....	317
2 De como o constitucionalismo não morreu .....	319
3 Os obstáculos ao “constituir” da Constituição que deve sobreviver em face da falta de resolução do triângulo dialético de Canotilho.....	321
4 Conclusão .....	327
Referências.....	329



## CORRUPÇÃO NO BRASIL: A DURA LUTA PARA DESNATURALIZAR AS COISAS ERRADAS

<b>LUÍS ROBERTO BARROSO</b> .....	331
Nota prévia – J. J. Gomes Canotilho e o Brasil.....	331
Parte I – As raízes do atraso.....	333
Introdução .....	333
II – Origens remotas da corrupção no Brasil .....	334
III – Causas imediatas da corrupção .....	334
IV – Corrupção estrutural, sistêmica e institucionalizada. O pacto oligárquico .....	335
V – Reação da sociedade e das instituições.....	335
Parte II – Nada será como antes .....	336
I – A reação às mudanças: o pacto oligárquico contra-ataca.....	336
II – O paralelo com a Itália.....	337
III – Os custos da corrupção .....	338
IV – A corrupção é crime violento, praticado por gente perigosa .....	338
V – A tentativa de sequestro da narrativa.....	339
VI – Conclusão: um novo paradigma .....	339

## ESTADO INTERCONSTITUCIONAL DE DIREITO E SEUS DESAFIOS NA REPÚBLICA.COM

<b>LUÍZ EDSON FACHIN, CHRISTINE PETER DA SILVA</b> .....	341
1 – Chamamentos do século XXI .....	341
2 – Plano de trabalho.....	343
3 – Interconstitucionalidade: premissas teóricas.....	344
4 – Pressupostos do Estado interconstitucional e democrático de direito.....	347
4.1 – Soberania global .....	347
4.2 – Transterritorialidade.....	348
4.3 – Cidadania global .....	350
5 – Desafios contemporâneos da jurisdição interconstitucional no Brasil.....	351
6 – Diálogos interconstitucionais.....	354
Referências.....	355

## DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL: PARALELO ENTRE A DOCTRINA DE CANOTILHO E O PANORAMA BRASILEIRO

<b>LUÍZ FUX</b> .....	357
1 – Direito processual constitucional e direito constitucional processual.....	357
2 – Processo constitucional .....	357
3 – Direito constitucional judicial.....	359
4 – Direito constitucional processual .....	360

## OS DESAFIOS DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS: AS RESPOSTAS DA UNIÃO EUROPEIA

<b>MANUEL PORTO</b> .....	373
1 Uma longa tradição de emigração da Europa para os outros continentes.....	373
2 A experiência bem-sucedida de abertura na União Europeia, com a circulação livre das pessoas dentro do seu espaço.....	374
3 Um novo mapa do mundo, com o decurso do século XXI.....	375
4 Um valor básico a ter em conta, a igualdade entre os seres humanos.....	376
5 As “justificações” dos encerramentos .....	377
5.1 Uma “justificação” de ordem cultural, estando em causa um problema de identidade do espaço de imigração, um país ou um outro espaço	
5.2 Imigração e criminalidade.....	379
5.3 As dificuldades de, por razões de ordem económica e social, se integrarem fluxos numerosos de imigrantes.....	379
6 Caminhos a seguir .....	380
6.1 O Novo Pacto sobre Migração e Asilo.....	380
6.2 O apoio ao desenvolvimento de países menos favorecidos.....	381
6.2.1 A abertura do nosso mercado aos demais países do mundo .....	382
6.2.2 Apoios financeiros e de outras naturezas a países mais desfavorecidos .....	383
7 Conclusões.....	383
Referências.....	384

## A ERA DA INFORMAÇÃO E O FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: REFLEXÕES SOBRE AS NOVAS TECNOLOGIAS E A TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS

<b>MARCO AURÉLIO MELLO</b> .....	389
1 A homenagem e o homenageado.....	389
2 Introdução .....	390
3 O que é democracia? .....	391
4 Democracia participativa, controle social sobre as decisões públicas e a importância do direito fundamental à informação .....	395
5 Vivemos uma “democracia digital”? .....	397
6 Conclusão .....	399

## O MODELO E A EXPERIÊNCIA SEMIPRESIDENCIAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1976

<b>PAULO RANGEL</b> .....	401
1 A construção do “arquetipo” de sistema semipresidencial a partir da experiência francesa .....	401
1.1 A génese da Constituição de 1958: preponderância do Executivo e tradição bonapartista.....	401
1.2 As linhas de força do debate constituinte: “presidencialização” ou regresso ao orleanismo?.....	403

1.3	A evidência dos poderes presidenciais na versão originária da Constituição de 1958.....	405
1.4	A revisão constitucional de 1962, a eleição directa do presidente e o fechar do ciclo constituinte.....	407
1.5	A interminável disputa em torno da qualificação do “novo” sistema de governo – A tese duvergeriana e as experiências de coabitação .....	409
1.6	As respostas da doutrina francesa à “provocação duvergeriana” .....	411
1.7	O sistema francês visto de fora: reavaliação do semipresidencialismo e rejeição da tese do “sistema-camaleão” .....	413
2	A qualificação do sistema de governo português e a querela terminológica .....	417
2.1	A corrente que rejeita a qualificação do sistema como sistema semipresidencial .....	417
2.2	A remoção dos obstáculos taxionómicos, substantivos e terminológicos à qualificação do sistema português .....	420
3	O requisito da eleição “popular” do presidente .....	422
3.1	O lugar da eleição directa nos sistemas semipresidenciais .....	422
3.2	As razões das opções constituintes pela eleição directa.....	426
3.3	As razões de ser da eleição directa do presidente no sistema português .....	429
4	Excursão histórica e analítica sobre os mandatos presidenciais .....	431
4.1	Os cinco presidentes e a sua reeleição.....	431
4.2	A não verificação da “tese dos ovos e dos cestos” .....	432
4.3	As leituras “parlamentarizantes” dos poderes presidenciais .....	433
4.4	As provas de vida do “semipresidencialismo” em contexto de leituras “pró-parlamentares” .....	434
4.5	Os mandatos mais recentes e a primeira declaração de estado de emergência .....	437
5	O acervo constitucional de poderes presidenciais “próprios” .....	438
5.1	Os poderes “próprios” ou “exclusivos” do presidente português.....	438
5.2	O poder de dissolução parlamentar .....	439
5.3	O poder de veto político como um poder de conformação substantiva.....	441
5.4	A legitimidade para activar a fiscalização preventiva e o veto por inconstitucionalidade.....	443
5.5	Um enorme composto de poderes presidenciais.....	444
6	O Governo como órgão autónomo responsável pela política geral.....	444
6.1	A presidência do Conselho de Ministros como competência própria e exclusiva do primeiro-ministro .....	444
6.2	A inexistência de qualquer domínio material reservado ao presidente.....	445
7	A responsabilidade do Governo perante a Assembleia da República.....	446
7.1	A manifestação precoce da responsabilidade parlamentar na formação do Governo .....	446
7.2	O apuramento inicial da responsabilidade: a investidura parlamentar.....	447
7.3	A relação de responsabilidade permanente: moções de censura e confiança.....	448
8	A relação do Governo com o presidente da República como uma relação de responsabilidade assimétrica .....	451
8.1	A dificuldade da qualificação da relação presidente-Governo .....	451
8.2	O poder de nomeação do primeiro-ministro e do Governo .....	451

8.3	<i>A vexata quaestio</i> da admissibilidade constitucional dos governos de iniciativa presidencial .....	454
8.4	O poder presidencial de demissão do Governo .....	456
8.5	O sistema de governo português como um sistema semipresidencial com assimetria de responsabilidades.....	459

## O EQUÍVOCO DO “SEMIPRESIDENCIALISMO” (A CONTROVÉRSIA SOBRE O SISTEMA DE GOVERNO EM PORTUGAL)

<b>VITAL MOREIRA</b> .....	463	
1	Introdução .....	463
2	Os sistemas de governo e o chamado “semipresidencialismo” .....	464
2.1	Tipos de sistemas de governo .....	464
2.2	O “semipresidencialismo”, em especial .....	468
2.2.1	Os sistemas mistos .....	468
2.3	O lugar do chefe do Estado no sistema de governo.....	472
3	O sistema de governo em Portugal .....	473
3.1	Origens do sistema de governo .....	473
3.2	O sistema de poder político na Constituição de 1976 .....	475
3.2.1	Quadro político-institucional.....	475
3.2.2	O Presidente da República .....	477
3.2.2.1	Eleição e mandato presidencial.....	477
3.2.2.2	Independência partidária.....	478
3.2.2.3	Os poderes do Presidente da República depois de 1982.....	479
3.2.2.4	Tipologia dos poderes do Presidente da República .....	481
3.2.2.4.1	Atos próprios de exercício livre .....	481
3.2.2.4.2	Atos próprios de exercício obrigatório.....	481
3.2.2.4.3	Atos próprios dependentes de proposta, autorização ou outro ato alheio .....	482
3.2.2.4.4	Condicionamento de atos presidenciais .....	482
3.2.2.4.5	Atos que são condição de existência e/ou eficácia de atos alheios.....	483
3.2.2.4.6	Veto político de atos legislativos .....	483
3.2.2.4.7	Fiscalização da constitucionalidade.....	484
3.2.2.4.8	Atos sujeitos a referenda governamental .....	485
3.2.2.5	Irresponsabilidade presidencial pelos atos de outros órgãos .....	485
3.2.2.6	Irresponsabilidade efetiva do Presidente da República no desempenho das suas funções .....	486
3.2.3	A Assembleia da República .....	487
3.2.4	O Governo .....	489
3.3	Prática do sistema político .....	491
3.3.1	Eleição presidencial e eleições parlamentares .....	491
3.3.2	Nomeação dos governos.....	492
3.3.3	Veto legislativo.....	493
3.3.4	Dissolução parlamentar .....	494

3.3.5	Presidência do Conselho de Ministros .....	494
3.3.6	Demissão dos governos.....	495
3.3.7	Mensagens à Assembleia da República e comunicações ao país.....	495
3.3.8	Declinação pessoal dos poderes discricionários .....	496
3.4	Caraterização do sistema de governo.....	497
3.4.1	As duas tradições do sistema de governo em Portugal.....	497
3.4.2	Qualificação do sistema de governo no período constitucional transitório (1976-82) .....	497
3.4.3	A qualificação do sistema de governo depois de 1982.....	499
3.4.4	Crítica das leituras não parlamentares do sistema de governo .....	500
3.4.4.1	Inconsequência da leitura semipresidencial .....	500
3.4.4.2	Crítica de outras qualificações não parlamentares .....	504
3.4.5	Justificação da qualificação parlamentar .....	505
4	Sistema de governo e “poder moderador” do Presidente da República .....	509
4.1	Natureza e função do “poder moderador” .....	509
4.2	Incompatibilidade do “poder moderador” com o “semipresidencialismo” .....	511
4.3	O poder moderador na CRP .....	512
5	Conclusão .....	514
	Referências.....	518

### PARTE III

## ARTIGOS DOS DISCÍPULOS JURÍDICOS E AMIGOS DO SENHOR DOUTOR GOMES CANOTILHO

### O PAPEL DA CONSTITUIÇÃO NA MODELAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA INTERNACIONAL

<b>AFONSO PATRÃO</b> .....	525	
I	Introdução: a ordem pública internacional e os valores irredutíveis do ordenamento jurídico .....	525
II	A impossibilidade de sobreposição da Constituição à excepção de Ordem Pública Internacional .....	530
III	A parametrização da Ordem Pública Internacional em face do direito internacional e do direito da União Europeia.....	535
IV	A relatividade especial dos direitos humanos: a <i>ordem pública verdadeiramente internacional</i> e a <i>importância dos valores a proteger</i> .....	539
V	Conclusão .....	543

## DENSIFICAÇÃO JURÍDICA DO PRINCÍPIO DA ECOINOVAÇÃO. A INOVAÇÃO JURÍDICO-ECOLÓGICA COMO RESPOSTA ADEQUADA À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E AMBIENTAL

<b>ALEXANDRA ARAGÃO</b> .....	545
Parte I O problema: crise ecológica em tempo de “cisne verde” .....	545
1    Consciência jurídica da gravidade da crise ecológica .....	547
2    Urgência ecológica.....	549
3    Consciência jurídica da urgência ecológica .....	550
4    O ponto zero da urgência ecológica: as declarações de emergência climática e ambiental .....	552
4.1    Força jurídica da declaração europeia de emergência climática e ambiental no plano internacional .....	553
4.2    Força jurídica da declaração europeia de emergência climática e ambiental no plano interno.....	555
4.3    Consequências jurídicas da declaração europeia de emergência climática e ambiental .....	556
Parte II A solução: direito da transição ecológica .....	560
1    Ecoinovação para a transição ecológica e justa.....	562
2    Princípio de inovação.....	564
3    Contribuição do direito para a ecoinovação .....	568
3.1    Direito da ecoinovação .....	568
3.2    Inovação jurídico-ecológica .....	569
3.2.1    Graus de inovação jurídico-ecológica .....	570
3.2.2    Cenários de inovação jurídico-ecológica .....	571
3.2.3    Resultados da inovação jurídico-ecológica .....	573
Conclusão: direito da transição ecológica e estratégias jurídicas de inovação.....	576
Referências.....	576

## DA CONSTITUIÇÃO DIRIGENTE À “JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL DIRIGENTE BRASILEIRA”? : COGITAÇÕES AD HONOREM SOBRE A NOSSA JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL COGENTE

<b>ANA CLÁUDIA NASCIMENTO GOMES</b> .....	581
1    Da escolha do nosso tema sob o mote principal da nossa homenagem .....	581
2    Um dos erros da <i>Constituição dirigente</i> , segundo Gomes Canotilho: “A Constituição dirigente como centro de direção ou direção sem centro” .....	586
3    Sob a ótica processual: a multiplicidade de hipóteses decisórias cogentes do STF ...	587
4    Jurisdicional constitucional cogente dirigente? .....	597
Referências .....	598

## JUSTIÇA CONSTITUCIONAL E(M) DEMOCRACIAS FRÁGEIS: UM DIÁLOGO COM GOMES CANOTILHO NO CRUZAMENTO ENTRE A CRISE DEMOCRÁTICA E A “FUNÇÃO REPUBLICANA” DO JUIZ CONSTITUCIONAL

<b>ANA RAQUEL GONÇALVES MONIZ</b> .....	601
1    Introdução: Gomes Canotilho, democracia e justiça constitucional .....	601

2	A crise da democracia: tirania(s) da maioria e populismo .....	602
3	As “democracias frágeis” e o “dirigismo constitucional”: as respostas do “constitucionalismo moralmente reflexivo” .....	605
4	Rumo a um conceito material de democracia? Sentido e limites <i>democráticos</i> da democracia .....	607
5	A “função republicana” do juiz constitucional: a partir das “democracias frágeis” ... e mais além .....	611
5.1	A redensificação da Constituição pelo juiz constitucional .....	613
5.2	O problema (da ampliação) das competências do juiz constitucional .....	617
5.3	Os limites das decisões do juiz constitucional: a justiça constitucional como realização <i>jurídica</i> da Constituição .....	620
6	Conclusões.....	623
	Referências.....	624

## EM BUSCA DE UMA PERSPETIVA SUBSTANCIAL DO CONCEITO DE “SUSPENSÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS”

<b>ANA RITA GIL</b> .....	631	
1	Introdução .....	631
2	Perspetivas sobre o conceito de suspensão de direitos fundamentais na doutrina portuguesa .....	633
3	Tentativa de resposta substancial para a significação de suspensão de direitos fundamentais .....	637
3.1	Pontos de partida .....	637
3.2	A suspensão de direitos como uma inversão estrutural controlada pela proibição do excesso .....	641
3.3	Análise .....	644
4	Reflexão final.....	646

## OS ALGORITMOS E O DIREITO: UM PERCURSO (*NADA*) LÓGICO

<b>BRUNO ALBERGARIA</b> .....	647
Da breve introdução, afinal, o que é um algoritmo?.....	650
Dos códigos algorítmicos ou <i>civil law</i> .....	653
Do <i>big data</i> ou <i>common law</i> .....	654
O <i>xequate-mate</i> jurídico.....	656
Como início: da gestão à decisão .....	660
<i>Doutor Ross</i> .....	661
O teste de Turing do direito.....	662
Da fundamentação da decisão .....	666
<i>Deep AI</i> .....	669
Do direito universal ao algoritmo-mestre: uma fórmula para tudo?.....	670
Do direito emotivo: uma condição humana.....	671
Conclusão .....	674
Referências.....	674

## A LEI DE TERRAS DE MACAU: OPÇÕES E INQUIETAÇÕES

<b>DULCE LOPES</b> .....	679
1 Introdução à Lei de Terras de Macau .....	679
2 Caraterização do contrato de concessão temporária de terras.....	680
3 A caducidade da concessão temporária de terras pelo decurso do tempo .....	683
3.1 A dimensão “constitucional” da proteção do direito de aproveitamento das terras.....	683
3.2 A dimensão legal: caducidade preclusiva ou caducidade-sanção? .....	685
4 Notas finais: o papel da Administração na apreciação e declaração da caducidade .....	691
Referências.....	693

## NE BIS IN IDEM: BREVE PONDERAÇÃO MACROCOMPARATIVA – CHINA E PORTUGAL

<b>FILIPA PAIS D’AGUIAR</b> .....	695
Elementos introdutórios.....	695
Breve ponderação macrocomparativa: a RP.....	699
Breve ponderação macrocomparativa: a RPC.....	711
Síntese comparativa .....	728
§1 Diferenças .....	728
§2 Semelhanças.....	729
Considerações finais .....	729
Glossário .....	729
Referências.....	730

## A SUSTENTABILIDADE COMO PRINCÍPIO JURÍDICO DE PONDERAÇÃO: DIMENSÕES MATERIAIS, PROCEDIMENTAL E METÓDICA DE APLICAÇÃO

<b>FLÁVIO PAIXÃO DE MOURA JÚNIOR</b> .....	735
1 O surgimento e a afirmação política do conceito moderno de sustentabilidade .....	736
2 A sustentabilidade como princípio estruturante .....	743
3 A dimensão procedimental da sustentabilidade .....	749
4 O programa multidimensional da sustentabilidade .....	751
5 A metódica integrativa procedimental-material da sustentabilidade.....	756
6 Notas conclusivas.....	765
Referências .....	766

## A LIBERDADE COMO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

<b>FLÁVIO PANSIERI</b> .....	771
A minha homenagem .....	771
1 Introdução .....	771
2 O constitucionalismo democrático como meio para a garantia da liberdade no século XXI .....	772



3	As liberdades instrumentais de Amartya Sen.....	775
4	A liberdade como fundamento da democracia .....	777
5	Conclusão .....	779
	Referências.....	780

## O CONTROLE PREVENTIVO DE CONSTITUCIONALIDADE EM PORTUGAL E NO BRASIL: A EXÓTICA CRIAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO PROFILÁTICA DA CONSTITUCIONALIDADE PELO STF

<b>HÉLIO PINHEIRO PINTO</b> .....	781
Palavras ao homenageado.....	781
Introdução .....	782
1 Fiscalização judicial preventiva de constitucionalidade em Portugal.....	783
1.1 Conceito e requisitos do processo de fiscalização preventiva em Portugal .....	783
1.2 Efeitos da decisão do Tribunal Constitucional português .....	785
2 Fiscalização preventiva de constitucionalidade no Brasil .....	787
2.1 Fiscalização preventiva de constitucionalidade realizada pelos poderes Legislativo e Executivo.....	788
2.2 Fiscalização preventiva da constitucionalidade realizada pelo Poder Judiciário brasileiro .....	790
2.2.1 Compreensão prévia da questão.....	790
2.2.2 O controle preventivo da constitucionalidade material e formal na jurisprudência do STF e a sua incompatibilidade com a Constituição Federal.....	792
2.2.3 Princípio da separação dos poderes e destinatários das normas reguladoras do processo legislativo: competência para fiscalização preventiva da constitucionalidade conferida exclusivamente a órgãos políticos .....	795
2.2.4 A impropriedade do mandado de segurança para deflagração de um processo de fiscalização preventiva da constitucionalidade: a ausência de direito líquido e certo do parlamentar-impetrante e o prejuízo para o direito líquido e certo de todos os demais .....	798
2.2.5 A (quase) universalização jurisprudencial do controle preventivo de constitucionalidade e a subversão do modelo de fiscalização da constitucionalidade das normas .....	799
2.2.6 O objeto do controle judicial preventivo da constitucionalidade e a incoerência do STF: a recusa de fiscalizar profilaticamente a legitimidade material de projetos de lei violadores de cláusulas pétreas.....	801
2.2.7 A desproporção em relação aos mecanismos de fiscalização preventiva constitucionalmente instituídos em Portugal: fiscalização exordial, amplo objeto do controle, rol de legitimados ativos extenso e inultrapassabilidade parlamentar do “veto” judicial.....	802
Conclusão .....	804
Referências.....	805

PAZ(ES), CONSTITUCIONALISMO(S) E VIOLÊNCIA(S) NA(S) CIDADE(S)  
DOS HOMENS – EM DIÁLOGO COM (A OBRA DE) JOSÉ JOAQUIM GOMES  
CANOTILHO

<b>JOÃO CARLOS LOUREIRO</b> .....	809
Paz e guerra(s) na vida de Gomes Canotilho .....	810
1    Rua 15 de agosto e outras: nascer num mundo em guerra, crescer num país em ditadura .....	810
2    Praça do Império e Guerra Colonial .....	813
3    Avenida da Liberdade: Revolução de Abril e o fim da Guerra .....	815
II    Violência(s): entre o sagrado e o profano .....	817
1    Estado, violências e paz .....	817
2    Os novos sagrados: entre o Estado e a economia .....	820
3    Violência(s) e paz(es): <i>lineamenta</i> teóricos e dogmáticos.....	821
3.1    A cidade subterrânea ou a avenida das pré-compreensões .....	821
3.2    Violências múltiplas: aproximações .....	823
4    Constitucionalismos múltiplos: a relevância no combate à violência .....	824
4.1    Constitucionalismo(s): à procura das raízes .....	826
4.2    Violência: alguns contributos constitucionais, ou entre bens fundamentais e vítimas .....	827
4.2.1    Bens fundamentais e violência .....	827
4.2.2    Vítimas: relevância, estatuto e direitos .....	827
4.3    Paz e pessoa(s): a cidade dos homens e o fundamento, ou sobre um constitucionalismo antissacrificial e antipatológico .....	828
4.4    Constitucionalismo, (neo/pós)colonialismo e paz.....	829
4.5    Promessas da paz: constitucionalismo e profecia.....	830
III    Avenida(s) da Paz: (alguns) contributos para um constitucionalismo da paz em tempos de (neo)globalização .....	831
1    Constitucionalismo e cultura(s) da paz: entre o geral e o específico .....	832
2    Constitucionalismo e práticas da paz: o bispo na piroga e outras andanças .....	834
2.1    Disposições .....	834
2.2    Gestos .....	835
2.3    Instituições .....	836
3    Constitucionalismo e textos da paz: a Constituição de 1976 .....	837
3.1    A primeira Constituição: a revolução como “anjo da paz” .....	837
3.2    Constituição de 1976: brevíssima referência .....	838
4    Constitucionalismo global, paz e cosmopolitismo .....	840
4.1    Constitucionalismo: entre a utopia e a apocalítica .....	840
4.1.1    Canotilhos? Sobre o uno e o múltiplo .....	840
4.1.2    Utopia(s): abraços e distância.....	841
4.1.3    Apocalíptica(s)? A “escalada aos extremos” .....	842
4.2    Constitucionalismo e paz: entre a internacionalidade e o cosmopolitismo .....	844
IV    Cantata (do constitucionalismo) da paz .....	845

## AGÊNCIAS REGULADORAS: (BREVE) VISÃO COMPARADA DAS REALIDADES EUROPEIA E BRASILEIRA

<b>JOÃO NUNO CRUZ MATOS CALVÃO DA SILVA</b> .....	849
1 Estado regulador .....	849
1.1 Estado regulador: privatizações, liberalizações e regulação pública .....	849
1.2 Estado regulador: garantia dos serviços essenciais.....	850
2 Agências reguladoras .....	852
2.1 Agências reguladoras na Europa: o caso de Portugal .....	852
2.1.1 Regulação independente na Europa: breve nota .....	852
2.1.2 Agências reguladoras em Portugal: independência .....	853
2.1.3 Agências reguladoras em Portugal: poderes .....	855
2.2 Agências reguladoras da União Europeia (UE).....	857
2.2.1 Agências da UE: do seu surgimento.....	857
2.2.2 Agências da UE: limitações à delegação de poderes (o princípio Meroni) .....	859
2.2.3 Agências da UE: reforço progressivo de competências.....	860
2.3 Crítica (geral) ao modelo das agências independentes .....	861

## DIREITO CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL HUMANITÁRIO OU O OTIMISMO

<b>MÁRCIA MIEKO MORIKAWA</b> .....	863
I Introdução .....	863
II Deambulação do direito internacional humanitário .....	863
III Teoria do terreno .....	864
IV Encontro com o “constitucionalismo da dignidade humana” .....	865
V <i>Good governance</i> humanitária .....	865
VI O Estado humanitário em tempos de pandemia.....	866
VII Direito constitucional internacional humanitário ou o otimismo .....	866
Referências.....	867

## UM PASSEIO PELOS JARDINS DO DIREITO – HIPERTEXTOS, TRANSCIÊNCIA E TRANSJURIDICIDADE

<b>MARCÍLIO TOSCANO FRANCA FILHO, ALESSANDRA MACEDO FRANCA</b> .....	869
1 Introdução: de árvores a enciclopédias.....	869
2 Dos jardins-labirintos aos labirintos em rede.....	874
3 O universo complexo: transciência e <i>hyperlinks</i> .....	878
4 Juridicidade complexa e radicalização das interações: a transjuridicidade.....	881
5 Conclusão .....	883
Referências .....	885

## A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E A SUA FORÇA NORMATIVA: UM DIÁLOGO COM KONRAD HESSE

<b>NÉVITON GUEDES</b> .....	889
I A importância e as tarefas da Constituição .....	889
II As dificuldades e os inimigos da Constituição .....	890
III As condições e pressupostos da força normativa da Constituição .....	891
IV O caso brasileiro .....	892

## CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO: OS CASOS DE ENTREGA DISSIMULADA E DE RECEBIMENTO INDIRETO DA VANTAGEM INDEVIDA

<b>NUNO BRANDÃO</b> .....	897
I O problema .....	897
II A natureza pós-delitual do crime de lavagem de dinheiro .....	899
III Corrupção: modalidades e vantagens suscetíveis de lavagem .....	902
IV Corrupção passiva .....	904
V Corrupção ativa .....	908
VI Proposições conclusivas .....	911
Referências .....	913

## TOMEMOS A SÉRIO A DIGITALIZAÇÃO: *RULE OF LAW* TAMBÉM NA REDE!

<b>PAULA VEIGA</b> .....	915
1 Introito e contextualização .....	915
2 Tópico I: Covid-19 e <i>apps</i> de rastreamento – Uma estranha experiência .....	917
3 Tópico II: <i>Digitalização e liberdade</i> – um novo contrato social? .....	919
4 Algumas previsões e conclusões .....	922
Referências .....	926

## DIREITO INTERNACIONAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: MUDANÇAS DE PARADIGMAS NO SISTEMA INTERNACIONAL E NA ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL

<b>PAULO CANELAS DE CASTRO</b> .....	929
Introdução .....	929
Do Modelo de Vestefália da coexistência estadual à cooperação internacional, por vezes institucionalizada .....	936
1 O sistema internacional até ao fim do século XVIII .....	936
2 Mudanças no sistema internacional do século XIX .....	939
3 Reorganização do sistema internacional no fim do século XIX e impacto na estrutura do Direito Internacional .....	942
II A globalização Breve caracterização de processo histórico contemporâneo .....	951
III Os impactos da globalização no sistema internacional e no Direito Internacional ...	959
1 Globalização e sistema internacional .....	959
2 Globalização e Direito Internacional .....	964

2.1	Reconhecimento de novos sujeitos de Direito Internacional .....	964
2.2	Novas tendências no procedimento de formação de regras jurídicas internacionais .....	991
2.3	Impacto da globalização na conceção da soberania e do papel e estatuto do Estado .....	998
	Observações Finais.....	1003

## MOTO-PERPÉTUO: A REPOSIÇÃO DO CONTROLE NO SEIO DO CONSTITUCIONALISMO

<b>RODOLFO VIANA PEREIRA</b> .....	1015
Constitucionalismo e polissemia conceitual.....	1017
O controle como elemento catalisador de consenso teórico.....	1024
A Constituição atordoada .....	1028
Referências.....	1033

## O PAPEL DOS TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS NACIONAIS NA DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL EUROPEIA

<b>TERESA VIOLANTE</b> .....	1039
1    “Integração à força” e défice democrático: o papel dos tribunais constitucionais nacionais na democracia constitucional europeia .....	1039
2    O impacto da crise da zona euro em Portugal.....	1042
3    A jurisprudência constitucional sobre cortes remuneratórios.....	1044
4    A jurisprudência constitucional da austeridade e o princípio da separação de poderes.....	1046
4.1  A jurisprudência constitucional da austeridade e a separação horizontal de poderes.....	1046
4.2  A jurisprudência constitucional de austeridade e a separação vertical de poderes .....	1047
5    A jurisprudência constitucional da austeridade como foco de resistência à “integração à força” .....	1050
Conclusões.....	1050

<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	1053
-------------------------------	------